



## Relatório da Administração

**Senhores Acionistas:** A EATE auferiu a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

Dados operacionais:	2022	2021
Disponibilidade (%)	100%	99,99%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as funções de transmissão encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado.

**Pesquisa e desenvolvimento - P & D:** Em 2022, a EATE realizou os projetos: 1. Gestão de P&D 2021/2022; 2. Machine Learning e fadiga multiáxial para cabos condutores; fabricação de dispositivo e desenvolvimento de aplicativo Android para monitoramento e cálculo da vida residual de linhas de transmissão; 3. Estudo e desenvolvimento de metodologias de inspeção autônoma em linhas de

## Balanco Patrimonial

31 de dezembro de 2022 e 2021

Ativo	Controladora		Consolidado	
	Nota 31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	52.805	41.073	116.671
Investimento curto prazo	5	15.808	-	34.160
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		16.731	18.540	32.295
Ativo contratual da concessão	6	291.339	268.894	502.105
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		1.308	39	4.278
Outros tributos compensáveis		102	102	1.133
Dividendos a receber		52.880	8.470	2.832
Adiantamento a fornecedores		1.318	837	6.396
Outros ativos		6.514	7.310	9.696
		<b>439.105</b>	<b>345.265</b>	<b>709.566</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>				
Títulos e valores mobiliários		-	-	94
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		12.329	5.159	20.353
Ativo contratual da concessão	6	1.469.169	1.498.414	3.491.680
Outros tributos compensáveis		-	-	199
Outros ativos		1.371	1.241	6.012
Investimentos	7	914.939	810.502	73.658
Imobilizado		1.870	2.068	2.439
Intangível		9.066	9.796	15.262
		<b>2.408.744</b>	<b>2.327.180</b>	<b>3.609.697</b>
		<b>2.847.849</b>	<b>2.672.445</b>	<b>4.319.263</b>
				<b>3.971.197</b>

Total do Ativo

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Reservas de lucros				Reserva de Retenção de Lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros Acumulados	Total não controladores	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>636.915</b>	<b>127.383</b>	<b>36.133</b>	<b>-</b>	<b>236.485</b>	<b>120.879</b>	<b>-</b>	<b>1.157.795</b>	<b>266.141</b>
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos	-	-	-	-	(25.000)	-	-	(25.000)	-
Proposta da administração para transferir o saldo da reserva de retenção de lucros para reserva de lucros a realizar	-	-	-	211.485	(211.485)	-	-	-	-
Pagamento de dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	(120.879)	-	(120.879)	(36.657)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	528.069	528.069	43.984
Destinação Proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivo fiscal	-	-	45.871	-	-	-	-	(45.871)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	111.451	-	(111.451)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(120.549)	(120.549)	-	(3.659)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	(9.997)	(9.997)
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	250.198	-	-	-	(250.198)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>636.915</b>	<b>127.383</b>	<b>82.004</b>	<b>461.683</b>	<b>-</b>	<b>111.451</b>	<b>-</b>	<b>1.419.436</b>	<b>259.812</b>
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos	-	-	-	-	(167.000)	-	-	(167.000)	(9.310)
Pagamento de dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	(111.451)	-	(111.451)	(12.742)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	443.349	443.349	35.977
Destinação Proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivo fiscal	-	-	44.676	-	-	-	-	(44.676)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	256.732	-	(256.732)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(99.668)	(99.668)	-	(4.110)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	(9.807)	(103.778)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	42.273	-	(42.273)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>636.915</b>	<b>127.383</b>	<b>126.680</b>	<b>294.683</b>	<b>42.273</b>	<b>256.732</b>	<b>-</b>	<b>1.484.666</b>	<b>259.820</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2022

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olímpicas, 66 - 8º andar - Sala A - São Paulo - SP. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A. A EATE e suas controladas possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Participação	Número	Prazo Vigência (anos)	Índice de entrada em operação		Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
				até RAP (*)	correção comercial	
EATE		042/2001	30	2031	396.748	IGPM fev/03
Lumitrans	80%	007/2004	30	2034	30.338	IGPM out/07
STC (*)	62%	08/2006	30	2036	42.268	IPCA nov/07
EBTE (**)	51%	01/2008	30	2038	59.063	IPCA dez/10
ESTE (**)	100%	01/2017	30	2047	135.205	IPCA fev/22

(\*) A RAP ou Receita Anual Permitida da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As RAPs informadas estão conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.067 de 12/07/2022. (\*\*\*) RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$44.960 para STC, R\$65.289 para EBTE e R\$148.986 para ESTE. Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da EATE e suas controladas entendem que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão", 1.1. Impactos do COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia: O negócio da Companhia e suas controladas apresenta receita previsível, reajustada pela inflação (IGP-M na EATE e Lumitrans e IPCA na STC, EBTE e ESTE) e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia e suas controladas não considera que exista risco significativo de não realização de seus recebíveis. Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorizações subsequentes dos mesmos. A Companhia e suas controladas mitigam os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia e suas controladas que pudessem requerer divulgação.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2023. 2.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2. **Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis. 2.3. **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da EATE e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações e de suas controladas. 2.4. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas. 2.5. **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, a EATE e suas controladas efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre recita de implementação da infraestrutura, recita de remuneração dos ativos de concessão e recita de operação e manutenção como ativo contratual. Momento de reconhecimento do ativo contratual: A Administração da EATE e de suas controladas avaliam o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente e identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. Determinação da margem de lucro: A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e suas controladas têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia e suas controladas para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas à metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente por meio da Revisão Tarifária Periódica - RTP, revisa as receitas que a EATE e suas controladas têm direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é

ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado. Determinação das receitas de implementação de infraestrutura: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto. Determinação das receitas de operação e manutenção: Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços. PV (Parcela variável): A Companhia e suas controladas dispõem de um percentual, apurado com base nas parcelas variáveis históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico. 2.5. **Crítérios de consolidação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da EATE e de suas controladas em 31 de dezembro de 2022. O controle é obtido quando a EATE estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações: • Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros. • Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas. A tabela a seguir demonstra os investimentos societários que a EATE detém em 31 de dezembro de 2022:

Tipo de investimento	% participação	
	31/12/2022	31/12/2021
EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	Controlada	51,00%
STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Controlada	61,55%
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica Controlada	Controlada	80,00%
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.	Controlada	100,00%
ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	Coligada	18,08%
Companhia Transipar de Transmissão S.A.	Coligada	10,00%
Companhia Transtele de Transmissão S.A.	Coligada	10,00%
Companhia Transudeste de Transmissão S.A.	Coligada	10,00%

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

### 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. **Reconhecimento da receita:** Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia e suas controladas são classificadas nos seguintes grupos: 3.1.1 **Receitas de implementação de infraestrutura:** Refere-se à receita relativa a obrigação de performance contratual, que é registrada na rubrica "ativo contratual de concessão" e é determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimentos de caixa. 3.1.2 **Receitas de operação e manutenção:** As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGP-M ou IPCA e ao diferimento das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo circulante e não circulante. 3.1.3 **Receitas de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. 3.2. **Ativo contratual de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia e suas controladas operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias. No cálculo do ativo contratual é estimado o início da concessão, considerando o prazo previsto no contrato e alterado em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Em caso de Revisão Tarifária Periódica (RTP), os recebimentos futuros são revisados e os fluxos do ativo contratual são mensurados novamente. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia e suas controladas, que varia entre 7,73% a.a. a 11% a.a.; e (ii) atualizado pelo IGP-M ou IPCA. A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como: Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias: Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia e suas controladas operam e mantêm a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir

## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 04.416.935/0001-04

Accounting Standards Boards - IASB, e de acordo com a Lei 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). No exercício de 2022, os resultados da EATE foram:

	Regulatório		Societário	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido	300.478	443.349		
EBITDA	317.539	310.119		

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da EATE.

## Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Controladora		Consolidado	
	Nota 31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Resultado financeiro</b>				
Receita de operação e manutenção	74.973	61.602	127.279	91.013
Receita de implementação de infraestrutura	-	-	105.532	416.331
Remuneração do ativo contratual da concessão (-) Parcela variável	267.198	406.347	653.840	601.650
	(972)	(528)	(4.805)	(1.933)
<b>Resultado Operacional Líquido</b>	<b>16</b>	<b>341.199</b>	<b>467.421</b>	<b>881.846</b>
<b>Custo dos Serviços Prestados</b>				
Pessoal	(8.558)	(6.065)	(18.959)	(13.948)
Material e serviços de terceiros	(13.241)	(11.730)	(19.728)	(17.448)
Depreciação e amortização	-	-	(8)	(57)
Outros	(672)	(206)	(10.522)	(1.011)
Custo de implementação de infraestrutura	17	-	(63.265)	(281.617)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>318.728</b>	<b>449.420</b>	<b>769.304</b>	<b>792.980</b>
<b>(Despesas) Receitas Operacionais</b>				
Pessoal e administradores	(5.385)	(5.428)	(8.956)	(6.801)
Material e serviços de terceiros	(1.795)	(2.114)	(3.172)	(3.086)
Depreciação e amortização	(1.566)	(1.589)	(1.953)	(1.656)
Outras	(1.566)	(1.237)	(32.420)	(1.612)
	<b>(10.312)</b>	<b>(10.368)</b>	<b>(46.501)</b>	<b>(13.155)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	7	257.892	220.659	11.329
<b>Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro</b>	<b>566.308</b>	<b>659.711</b>	<b>734.132</b>	<b>798.788</b>
<b>Resultado financeiro</b>				
Receitas financeiras	18	7.375	1.916	17.687
Despesas financeiras	18	(78.590)	(31.776)	(145.142)
<b>Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda</b>	<b>494.733</b>	<b>629.851</b>	<b>606.677</b>	<b>762.</b>

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.11.2. Imposto de renda e contribuição social:

**Correntes:** O imposto de renda e a contribuição social da EATE e das controladas EBTE e ESTE são calculados pelo regime de lucro real e suas controladas Lumitrans e STC são optantes pelo regime do lucro presumido. A EATE possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2023, que consiste na redução de 75% do IR devido, calculado com base no lucro da exploração. **Diferidos:** Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Tributos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de tributos (e lei tributária) vigentes na data do balanço. **3.12. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2022 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. • Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). **3.13. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da EATE e suas controladas, estão descritas a seguir. A EATE e suas controladas pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia e suas controladas ainda não concluíram a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • IFRS 17 - Contrato de Seguro; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis); • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis); • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis); • Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	200	327	682	684
Aplicações financeiras	52.605	40.746	115.989	95.020
	<b>52.805</b>	<b>41.073</b>	<b>116.671</b>	<b>95.704</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração ativa dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecerem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento.

7. INVESTIMENTOS

a) Movimentação dos investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020				
Aumento de capital				
Resultado de equivalência patrimonial	25.968	24.665	22.480	128.583
Dividendos	(19.724)	(23.115)	—	(1.383)
(-) Amortização direito de concessão			(135)	(188)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<b>124.768</b>	<b>88.862</b>	<b>166.168</b>	<b>357.089</b>
Aumento de capital				
Resultado de equivalência patrimonial	20.572	16.857	19.683	18.300
Dividendos	(26.239)	(24.631)	(13.968)	(101.771)
(-) Amortização direito de concessão			—	(135)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<b>119.101</b>	<b>81.088</b>	<b>171.883</b>	<b>463.069</b>

(\*) Os saldos de investimentos consolidados não incluem os montantes do direito de concessão, os quais são apresentados como intangível nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. A EATE reconhece, nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas e coligadas por meio do método de equivalência patrimonial. b) Participação no resultado e patrimônio líquido:

	Controladoras				Coligadas				
	STC	Lumitrans	EBTE	ESTE	Transudeste	Transleste	Transirapé	ERTE	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	118.524	87.312	177.215	182.806	8.772	10.947	21.580	29.153	636.309
Aumento de capital	—	—	—	45.700	—	—	—	—	45.700
Resultado de equivalência patrimonial	25.968	24.665	22.480	128.583	2.535	3.509	5.382	7.537	220.659
Dividendos	(19.724)	(23.115)	(33.527)	—	(1.383)	(1.280)	(6.646)	(5.964)	(91.639)
(-) Amortização direito de concessão	—	—	—	—	(135)	(188)	(204)	—	(527)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<b>124.768</b>	<b>88.862</b>	<b>166.168</b>	<b>357.089</b>	<b>9.789</b>	<b>12.988</b>	<b>20.112</b>	<b>30.726</b>	<b>810.502</b>
Aumento de capital	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Resultado de equivalência patrimonial	20.572	16.857	19.683	18.300	1.697	2.939	2.694	3.999	257.982
Dividendos	(26.239)	(24.631)	(13.968)	(101.771)	(840)	(735)	(1.228)	(1.816)	(171.228)
(-) Amortização direito de concessão	—	—	—	—	(135)	(188)	(204)	—	(527)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<b>119.101</b>	<b>81.088</b>	<b>171.883</b>	<b>463.069</b>	<b>10.511</b>	<b>15.004</b>	<b>21.374</b>	<b>32.909</b>	<b>914.939</b>

(\*) Os saldos de investimentos consolidados não incluem os montantes do direito de concessão, os quais são apresentados como intangível nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. A EATE reconhece, nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas e coligadas por meio do método de equivalência patrimonial. b) Participação no resultado e patrimônio líquido:

	Controladoras				Coligadas				
	STC	Lumitrans	EBTE	ESTE	Transudeste	Transleste	Transirapé	ERTE	Total
Total do ativo	217.071	114.327	596.474	1.428.733	107.622	162.283	286.153	212.960	3.725.923
Total do passivo	23.565	12.966	259.447	965.664	17.860	33.167	97.551	30.905	1.373.355
Patrimônio líquido	193.506	101.361	337.027	463.069	89.762	129.116	188.602	182.055	2.352.568
Caixa e bancos	38.237	24.465	71.279	406.666	22.592	35.214	42.865	29.570	841.330
Lucro líquido (prejuízo)	33.423	21.071	38.595	189.451	16.960	29.392	26.945	22.122	367.968
Quantidade de ações	211.003.246	72.012.095	263.058.339	28.830.540	30.000.000	49.569.000	22.340.490	84.133.970	437.947.680
Participação da EATE:									
Quantidade de ações	129.872.000	57.609.676	134.159.752	28.830.539	3.000.000	4.956.900	2.234.049	15.208.597	243.811.513
no capital social	61.55%	80,00%	51,00%	100,00%	10,00%	10,00%	10,00%	18,08%	18,08%
no resultado	20,57%	16,85%	19,68%	18,94%	1,69%	2,93%	2,69%	3,99%	3,99%
no patrimônio líquido	119,10%	81,08%	171,88%	463,06%	8,97%	12,91%	18,86%	32,90%	32,90%
Direito de concessão	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total do investimento	<b>119.102</b>	<b>81.089</b>	<b>171.884</b>	<b>463.069</b>	<b>10.508</b>	<b>15.004</b>	<b>21.374</b>	<b>32.909</b>	<b>914.939</b>

8. DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures 1ª emissão	—	—	2.321	9.792
Debêntures 2ª emissão	—	—	1.718	(51)
Debêntures 3ª emissão	—	—	1.000	(58)
Debêntures 6ª emissão	—	—	—	—
Debêntures 7ª emissão	21	9.265	9.286	27.805
Debêntures 8ª emissão	17.605	(163)	269.900	287.342
Debêntures 9ª emissão	6.872	(139)	199.728	206.461
Debêntures 10ª emissão	2.445	(116)	109.558	111.887
Arrendamento mercantil	—	290	312	570
	<b>26.943</b>	<b>9.137</b>	<b>579.208</b>	<b>615.288</b>

Individualmente o saldo de principal da dívida do curto e longo prazo das emissões é apresentado líquido de custos a amortizar, para a 7ª emissão de debêntures o saldo é de R\$7, na 8ª emissão o saldo é de R\$263, na 9ª emissão o saldo é de R\$411 e na 10ª emissão o saldo é de R\$557. Adicionalmente, o saldo de principal da dívida de curto e longo prazo de suas controladas EBTE e ESTE para a 1ª emissão de debêntures é R\$22.482, para a 2ª emissão R\$150 e para a 3ª emissão R\$281 apenas EBTE. A tabela a seguir apresenta as condições contratadas dos empréstimos, financiamentos e debêntures da EATE e suas controladas:

	Consolidado			
	Condições contratadas		Taxa a.a.	
	Principal	Juros (%)	Principal	Juros (%)
Debêntures 1ª emissão	415.000	IPCA 4,5%	415.000	4,5%
Debêntures 2ª emissão	110.000	112,00% do CDI	110.000	112,00% do CDI
Debêntures 3ª emissão	200.000	112,00% do CDI	200.000	112,00% do CDI
Debêntures 6ª emissão	45.000	CDI + 1,8%	45.000	0
Debêntures 7ª emissão	70.000	107,75% do CDI	70.000	107,75% do CDI
Debêntures 8ª emissão	85.000	112,00% do CDI	85.000	112,00% do CDI
Debêntures 9ª emissão	270.000	108,60% do CDI	270.000	108,60% do CDI
Debêntures 10ª emissão	200.000	100% CDI + 1,9% Base 252	200.000	100% CDI + 1,9% Base 252
Arrendamento mercantil	110.000	100% CDI + 1,9% Base 252	110.000	100% CDI + 1,9% Base 252

(\*) A Administração da EATE e suas controladas mantêm o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2022, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas. Os vencimentos anuais das debêntures do não circulante são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
2023	269.676	295.410	269.676	295.410
2024	99.754	150.530	99.754	150.530
2025	154.832	228.078	154.832	228.078
2026	54.946	103.241	54.946	103.241
2027	—	25.814	—	25.814
Após 2027	—	413.032	—	413.032
	<b>579.208</b>	<b>1.216.105</b>	<b>579.208</b>	<b>1.216.105</b>

A movimentação do saldo é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	399.720	884.152	399.720	884.152
Ingresso de dívidas	199.371	249.371	199.371	249.371
Encargos sobre debêntures e arrendamento mercantil	27.472	102.884	27.472	102.884
Amortização do principal e dos juros	(104.873)	(130.786)	(104.873)	(130.786)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<b>521.695</b>	<b>1.105.621</b>	<b>521.695</b>	<b>1.105.621</b>
Ingresso de dívidas	154.501	154.501	154.501	154.501
Encargos sobre debêntures e arrendamento mercantil	76.858	134.832	76.858	134.832
Amortização do principal e dos juros	(92.643)	(127.753)	(92.643)	(127.753)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<b>615.288</b>	<b>1.267.201</b>	<b>615.288</b>	<b>1.267.201</b>

9. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D	8.653	8.696	11.974	10.460
Quota de reserva global de reversão - RGR	8.075	4.602	9.001	5.622
Taxa de fiscalização ANEEL	579	411	1.022	581
	<b>17.307</b>	<b>13.709</b>	<b>21.997</b>	<b>16.663</b>
Passivo circulante	15.472	13.709	19.152	16.663
Passivo não circulante	1.835	—	2.845	—

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, decorrem, substancialmente, da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 - receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) - interpretação contratos de concessão, OCC 05 - orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) - arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos a qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Ativo fiscal diferido				
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(28.082)	1.375	(26.707)	1.868
Subtotal	(28.082)	1.375	(26.707)	1.868
Passivo fiscal diferido				
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	384.528	83.554	468.082	31.641
Outros itens	(31)	(6)	(37)	(29)
Subtotal	384.497	83.548	468.045	31.649
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	<b>356.415</b>	<b>84.923</b>	<b>441.338</b>	<b>33.517</b>

A Diretoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. São Paulo - SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Não cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Mensuração do ativo contratual:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de Infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia e suas controladas passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 1.760.508 mil para a controladora e R\$ 3.993.785 mil para o consolidado. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia e suas controladas à contraprestação de investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer), conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia e suas controladas

auférico, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), em média, a 95,42% do CDI em 31 de dezembro

→ continuação

## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - CNPJ nº 04.416.935/0001-04

### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia e de suas controladas; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da Companhia e de suas controladas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.2 e 6 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade

pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria

obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2023

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S. Ltda.  
CRC SP-034519/O  
**Eduardo Wellichen**  
Contador CRC SP184050/O



Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2001, que institui a Infraestrutura  
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 17/03/2023

A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code  
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/17/EMPRESAAMAZONENSE1568276917032023.pdf>  
Hash: 16790034022e4ff6facee34c70aad645de941e6821